

04 OUT 1988

Ulysses diz que consultor fala mais do que cargo lhe permite

Brasília — Moreira Mariz

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, “está exorbitando das suas funções, falando demais”, ao anunciar medidas para protelar a aplicação de dispositivos da nova Constituição. A acusação foi feita momentos após a entrevista coletiva que deu pela manhã no plenário do Senado, como parte do ritual de promulgação do texto elaborado pelos constituintes. “Ele tem que se dirigir é ao presidente da República. Como consultor, ele não tem que estar se reportando publicamente”, criticou Ulysses.

A nova Constituição, disse Ulysses, “pode ser criticada. Pode-se discordar dela. Mas obedecê-la é indispensável, é fundamental. Não obedecê-la é uma forma de rasgá-la e, rasgada a Constituição, acabam-se as liberdades, inibe-se a liberdade de imprensa, fecha-se o parlamento e os patriotas são mandados à cadeia. Tivemos exemplo disso recentemente em nosso próprio país”.

Para ele, é “prudente e conveniente” que se aguarde a promulgação para que se tomem “as atitudes convenientes”. No caso específico de Saulo Ramos, lembrou que, como jurista, ele pode manifestar-se livremente, mas que, como consultor-geral da República, “que atua, evidentemente em nome da orientação do presidente José Sarney, deve a ele documentos, estudos e pesquisas que tenha a fazer”. Em todas as referências feitas a Saulo Ramos, Ulysses o chamou de “procurador”, em vez de consultor.

Revisão — Ulysses não quis comentar o festival de concessões de emissoras de rádio e televisão e as contratações de pessoal promovidas pelo governo, mas advertiu que após a promulgação da nova Carta, “com o funcionamento normal da Câmara, do Senado e do Congresso, todos esses assuntos podem ser reexaminados”. Disse, também, ter recebido do presidente Sarney a garantia de que “o texto constitucional, uma vez promulgado, é lei, e lei que se cumpre”.

Para Ulysses, o cumprimento da nova Constituição é um dever de todos. “Principalmente as autoridades têm que esmerar neste sentido. Quanto maior a responsabilidade da autoridade, mais deveres tem com o texto político fundamental da nação”, assinalou. No caso da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional — órgão extinto pela nova Constituição mas preservado, com o nome de Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, por decreto presidencial —, Ulysses comentou que “se o presidente entendeu tomar a medida, é porque julgou-se habilitado a fazê-lo em termos legais”. Mas insistiu que todas as decisões tomadas agora podem ser revistas pelo Congresso.

Regulamentação — Ulysses defendeu o mandato de injunção, que permitirá ao cidadão exigir o cumprimento da nova Constituição. “É uma arma extraordinária na mão dos cidadãos”, disse. Deixou claro que, embora não possa considerar que a Carta é obra exclusiva do PMDB, o resultado final do trabalho da Constituinte será uma das armas do partido na campanha municipal. Anunciou que, nos próximos dias, discutirá com os líderes dos partidos a pauta de um esforço concentrado para apressar a votação das leis de regulamentação. Inicialmente, seriam regulamentados os dispositivos mais importantes do texto constitucional.

Sobre sua candidatura à sucessão do presidente Sarney, brincou: “Tenho uma situação singularmente difícil. Fazendo, ou não, sempre acham que sou candidato à Presidência da República. Se fico quieto, é por manha, tática ou estratégia. Se me movimento, por exemplo, por todo o país, dizem também que é por razão de ser candidato à Presidência da República.”

Ulysses disse que, no momento, está preocupado com a promulgação da Constituição e com a campanha dos candidatos do PMDB nas eleições municipais. Assegurou que as manifestações sobre sua candidatura são espontâneas: “Isso eu encontro a toda hora e já não é novidade. Na rua, aonde eu vou, dou autógrafos a pessoas de todas as categorias. O que eu digo é que querem que eu seja candidato, esperam que seja candidato, têm o desejo que eu o seja.”



Ulysses apresentou a Carta no Senado

Entrevista repete estilo de Tancredo

Preparada durante pelo menos 30 dias, e propositadamente feita à imagem e semelhança da entrevista concedida por Tancredo Neves, logo após sua eleição em 1985, a coletiva do deputado Ulysses Guimarães teve ingredientes de grande acontecimento: foram credenciados 49 jornalistas de todo o país e correspondentes estrangeiros; dois mestres de cerimônia comandaram os trabalhos, e as perguntas foram previamente encaminhadas à mesa. Nas galerias, alguns curiosos ouviram atentamente a tudo e, por trás de Ulysses e seus convidados, postaram-se alguns papagaios-de-pirata.

Ulysses discutiu com os assessores mais chegados os temas que deveriam vir à tona. Apesar dos preparativos, acabou frustrando a maioria dos presentes, que ao final reclamavam sua pouca precisão nas respostas. Ele evitou, por exemplo, entrar nas questões relativas aos conflitos entre o governo e a aplicação da Constituição, da mesma forma que resvalou sempre que o assunto foi sua candidatura à Presidência da República.

Fuga — Cercado por um grupo de jornalistas, após a entrevista, ouviu bem-humorado as queixas quanto ao excesso de diplomacia nas respostas, e quando lhe perguntaram se havia tentado evitar uma guerra, numa referência às últimas declarações do consultor-geral da República, Saulo Ramos, respondeu: “Não é hora para isso”.

Com uma hora e 35 minutos de duração, a entrevista foi morna, de acordo com a opinião generalizada dos jornalistas presentes. Ulysses fugiu à pelo menos duas perguntas sobre a conveniência do apoio do presidente José Sarney à sua candidatura ao Palácio do Planalto:

“Vamos cuidar disto na ocasião oportuna. Vamos conversar com os nossos companheiros, vamos medir, vamos pensar, vamos examinar a conjuntura, como se põe até lá, inclusive a situação como está, referente à inflação do país, um dos aspectos perigosos, qual será a situação disso até a época em que se tenha que tomar uma decisão do cunho de ter um candidato presidencial. De forma que este trabalho coletivo — não meu somente — é que será feito no momento oportuno. Seria prematuro a esta altura começar a fazer resposta sobre dados e elementos que ainda não estão postos, pelo menos em caráter definitivo, na paisagem política sucessória do país”.